



Fundado no Sesquicentário  
da Batalha do Seival

# O GAÚCHO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO

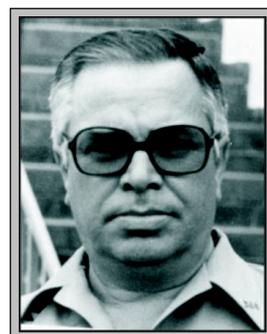
**INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES  
DO RIO GRANDE DO SUL**

**Ano 2004 - Nº 25**

## **FUNDAMENTOS DAS TRADIÇÕES MILITARES GAÚCHAS**

(Texto extraído da História da 3ª RM, 1º vol)

**Cláudio Moreira Bento,**  
Presidente da AHIMTB)



☆☆☆☆☆☆☆☆

### **FUNDAMENTOS**

O Rio Grande do Sul foi uma civilização castrense, ou militar, como resultado das lutas aqui sustentadas por Portugal, e depois pelo Brasil, com os espanhóis e seus descendentes, por cerca de quase dois séculos, ou seja, de 1680 a 1870. Civilização castrense que se projetou nas revoluções gaúchas de 1835/45, 1893/95, 1924/26, 1930 e 1932, marcando o fim do ciclo guerreiro gaúcho com o Combate de Cerro Alegre, em Piratini, em 20 de setembro de 1932, 97 anos após o início da Revolução Farroupilha.

As lutas sustentadas com os vizinhos espanhóis e descendentes não estiveram a cargo somente do Exército, mas também dos civis alistados na Ordenanças, Milícias, Guarda Nacional, Aventureiros, Guerrilhas e Patriotas.

Foi das Ordenanças que emergiu o Cel Cristóvão Pereira de Abreu, o primeiro tropeiro do Rio Grande do Sul, que liderou estancieiros e tropeiros em apoio à fundação do Rio Grande do Sul pelo Brigadeiro José da Silva Pais, em 1737. As Guerrilhas, e depois as Milícias produziram os dois Bentos (Bento Gonçalves e Bento Manuel Ribeiro) e Davi Canabarro, absorvidos pelo Exército como coronéis de Estado-Maior.

A Guarda Nacional produziu Andrade Neves, Francisco Pedro de Abreu, Antonio de Souza Netto e Niederauer.

Dos aventureiros, emergiu Rafael Pinto Bandeira, que chegou a ser Brigadeiro, **"a maior espada continental"**, nascido junto aos muros do Forte Jesus-Maria-José, em Rio Grande, bem como seu pai, o Capitão

Francisco Pinto Bandeira, primeiro comandante da primeira companhia dos Dragões do Rio Grande, a "célula-mater" da atual organização do Comando Militar do Sul.

O Exército produziu estes grandes nomes, que se destacaram nas lides guerreiras no Rio Grande do Sul: Manuel Marques de Souza I, José de Abreu, Osório, João de Deus, João Propício, João Manuel Menna Barreto, Manuel Marques de Souza III e o Marechal Câmara, entre tantos outros campeões da guerra que viriam abrilhantar a galeria de comandantes da 3ª RM e a de heróis guerreiros do Brasil-Império.

Na República, tivemos o Gen Carlos Telles e o Mar Carlos Bittencourt, ambos porto-alegrenses, heróis da Guerra de Canudos. O primeiro foi líder da épica resistência de 45 dias ao sítio dos federalistas a Bagé, em 1893. No Contestado, o comandante legal foi o Mar Setembrino de Carvalho, filho de Uruguaiana. Na 2ª Guerra Mundial, assinalaram-se o gabrielense Mar Mascarenhas de Moraes, comandante da defesa do Saliente Nordeste e depois comandante vitorioso da FEB. Nesta força, também brilharam Osvaldo Cordeiro de Farias, filho de Jaguarão, como comandante da Artilharia Divisionária, e o santanense Nelson de Mello, comandante brasileiro que negociou e presidiu a rendição alemã em Forno, na Itália, de uma divisão com cerca de 20.000 homens.

É pois, incontestável a influência militar na civilização do Rio Grande do Sul. E ninguém melhor que o insuspeito e brilhante imortal da Academia Brasileira de Letras, Francisco de Oliveira Vianna (1893-1951), fluminense de Saquarema, que soube sentir e melhor interpretar esta

característica do povo gaúcho. Característica que se projeta, de maneira singular, nas figuras de Gumersindo Saraiva, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Honório Lemes, Zeca Netto e tantos outros líderes civis, guerreiros natos que o Rio Grande produziu em datas recentes: Vianna, Francisco José de Oliveira. Populações Meridionais do Brasil. Rio, 1952, pp.255 a 277.

Assim, sobre o constante e bissecular estado de guerra em que viveu o povo do Rio Grande do Sul, Oliveira Vianna escreveu:

“Nas fronteiras do extremo-sul não se dava o mesmo. Contra os seis mil soldados de Dom Pedro de Ceballos ou contra os cavalarianos de Estigarribia não havia como apelar exclusivamente para areação privada, isolada, ou mesmo conjunta, dos estancieiros. Desapareceria a população, assolada e dizimada pelo inimigo, se não a tivesse acudido, desde os primeiros dias, o poder, o governo, a autoridade pública, erigindo toda a extensa linha de fronteiras de uma paliçada de baionetas defensivas”.

Sobre o respeito e a admiração que o povo do Rio Grande do Sul nutria pelos chefes militares, assim Oliveira Vianna interpretou:

“Os agentes da autoridade, por outro lado, também se revestiam, ali, de uma poderosa força magnética – porque possuíam o prestígio social, que derivava de sua condição mesma de defensores que haviam sido da população nos transe sombrios e perigosos da sua história. Vencido o inimigo – o castelhano, na Colônia, ou o platino pilhador – e ganha as grandes campanhas, estes homens vitoriosos, cuja espada salvara a população, assumiam aos olhos do povo a figura de benfeitores sociais. Pela sua diligência, eram eles que detinham na linha das fronteiras a investida dos exércitos platinos. Sobre a massa, disseminada pelas estâncias e povoados, adquiriam então, uma autoridade pessoal enorme e uma ascendência, que lhes aumentava ainda mais a autoridade do seu poder no sentido da disciplina e da obediência”.

Sobre a profunda formação militar do povo gaúcho, em particular aquele morando ao longo das fronteiras, assim Vianna explicou e interpretou:

“Na verdade, a maior parte da gente que povoava a campanha rio-grandense era composta de militares profissionais – de soldados que se fizeram estancieiros, atraídos pelos encantos e liberdades da vida pastoril: - “a maior parte dos moradores que hoje ocupam a vila do Rio Grande são os que vieram de Buenos Aires e pertenciam à praça da Colônia”. Em primeiro lugar, nada mais natural que um povo, tendo constantemente sobre si a sombra das ameaças mais temerosas, ouvindo continuamente, nas fronteiras, o tropel dos caudilhos invasores, acabasse sentindo – por hábito, primeiro, e depois por instinto – uma confiança profunda nos funcionários do governo, em cuja energia, deliberação e previdência descansava a segurança da sua defesa, aliás sempre pronta e eficiente. O próprio instinto de conservação gerava e fortalecia essa confiança austera nos órgãos do poder público e espalhava, aos poucos, insensivelmente, por todas as camadas sociais, um sentimento geral de íntima veneração aos responsáveis pela defesa da população, de convicção da sua utilidade, da

sua necessidade, da sua imprescindibilidade à existência da própria coletividade”.

E prossegue, mais adiante, enfatizando:

De modo que – para aquela população de pastores inquietos e belicosos – o poder público se tornou, com os seus funcionários, seus generais, suas tropas, durante um século, uma condição de vida, uma garantia de tranqüilidade e de paz; em suma: um órgão indispensável à sobrevivência do corpo social daquele grupo distante...Porque toda a história da população gaúcha a levava naturalmente a esta atitude de respeitosa veneração pelo poder público e suas autoridades. Esta população era ainda um pequeno núcleo de pastores, perdidos na imensidade das vastas planuras desabrigadas – e já em torno dela rondavam, ameaçadoras, as hordas agressivas e pilhadoras dos caudilhos platinos, esplendidamente armados, treinados longamente nas violências da preia do gado, e temibilíssimos na sua impetuosa combatividade”.

Ao enfatizar a insignificância da problemática da segurança interna nas demais regiões do Brasil, face a ameaça de índios, e ressaltar que podiam ser rechaçados pela iniciativa privada, escreveu:

“Foi assim que, em 1799, o governador José Marcelino mandava distribuir as terras fronteirinhas, recentemente conquistadas aos espanhóis, entre os soldados do exército libertador: - “em atenção à população e à agricultura desta capitania – dizia ele – permiti que ficassem todos os soldados que quisessem cá estabelecer-se”. Com este fim enviou-os ao comandante da fronteira – “para que lhes tomasse os nomes e as freguesias onde se queriam estabelecer – por serem quase todos lavradores”.

Muitos soldados portugueses, por exemplo, de origem alentejana especialmente, - como os dos Regimentos de Extremoz, de Moura e de Bragança – também abandonaram a farda e se fizeram estancieiros, seduzidos pelos encantos e proventos do pastoreio. Os nossos soldados e oficiais dos Regimentos constituídos na Colônia – especialmente os vindos de São Paulo e Minas – quando de volta das campanhas platinas, em regra não buscavam mais os seus lares nativos: deixavam-se ficar lá mesmo, nas lhanezas do pampa, requeriam sesmarias e faziam-se senhores de grossos rebanhos.

Egressos da farda, esses homens levaram, destarte, para a vida das estâncias o vinco da disciplina militar, o hábito da obediência, o sentimento da hierarquia e da autoridade. Incorporados à classe aristocrática dos pampas – à sua oligarquia estancieira – foi neles que os altos representantes do poder colonial ou imperial encontraram os mais austeros respeitadores da sua autoridade.

Não foi só. Dessa aristocracia pastoril, os elementos que não tinham, como os militares acima nomeados, uma origem militar, tinham, em regra, uma educação militar. Porque, se havia soldados que se faziam estancieiros, havia estancieiros que se faziam soldados: - e eram quase todos. Já vimos que todos os estancieiros da fronteira, por ocasião das guerras e das invasões platinas, eram naturalmente levados a se tornarem poderosos caudilhos, valentes capitaneadores dos bandos da peonagem recrutada de improviso, formando centro de agrupação da população da campanha, tornados em falanges particulares de paisanos ou guerrilheiros. Incorporados aos exércitos em marcha,

eles eram verdadeiros soldados, sujeitos aos rigores da disciplina militar.

Terminada a guerra, esses caudilhos paisanos tornavam aos seus pagos amados, em companhia dos seus numerosos guerrilheiros. Estes ensarilhavam as lanças, mas continuavam a ver naqueles caudilhos improvisados em face da agressão os seus mesmos chefes civis: os seus mesmos capitães dos tempos de guerra: continuavam a ser os seus mesmos patrões nos tempos de paz. O caudilho de há pouco era agora, cessada a guerra, apenas o dono da estância que os conduzirá à guerra. Camarada e amigo dos seus antigos soldados, estes, agora tornados à sua faina de peões e capatazes, continuavam a manter a mesma obediência militar. Como lha prestavam no campo da guerra, continuavam agora a prestá-la já em pleno regime de paz e de trabalho.

Pondo agora em jogo as leis da imitação social, atuando numa sociedade em que eram extremas as predileções militares, podeis agora imaginar que esplêndidos, que inestimáveis, que eficacíssimos agentes de transmissão de hábitos, de hierarquia e disciplina não eram para o resto da população estes galhardos guerrilheiros licenciados, vindos das campanhas do Prata!

O povoamento do Rio Grande do Sul por estâncias de parte de ex-militares já havia começado com Silva Pais, em 1737, e se intensificou com Gomes Freire de Andrada, após este deixar o Rio Grande em 1759, onde se fixaram diversos ex-militares, em especial ex-integrantes das Companhias de Aventureiros de São Paulo e Santa Catarina, que haviam apoiado o movimento do Exército Demarcador. Então, aproveitaram o gado alçado ainda existente ao sul do Jacuí, e que pertencera às estâncias dos Sete Povos.

Sobre o denominado "Corrida pela estância própria" e sua marcha pelo Rio Grande do Sul, ao sabor dos tratados e conquistas territoriais pela força das armas, temos o excelente ensaio: BORGES FORTES, João, General. **A Estância.** Rio, Tipografia Ma, 1931, 1ª ed. . Este trabalho foi reeditado juntamente com outros excelentes estudos seus na obra clássica: BORGES FORTES, João, General. **Rio Grande de São Pedro – História, Povoamento e Conquista.** Rio, Bibliex, 1941, 1ª edição.

Oliveira Vianna demora-se na análise das localidades que tiveram origem em causas de ordem militar, e assim interpretou o fenômeno:

"Os próprios núcleos urbanos, que se disseminavam pela campanha rio-grandense, buscam sua origem numa causa militar. Na história do extremo-sul, o fundador da cidade que, no centro-sul era sempre um sertanista povoador, foi sempre, ali, um chefe guerreiro, um caudilho, um homem das fronteiras, erguendo, como um novo Teseu, não os muros da cidade clássica, mas a capela tradicional com a sua tosca cruz de madeira".

Assim, veremos que a própria fundação do Rio Grande do Sul teve origem na Base Militar do Rio Grande, um complexo de fortalezas que deu origem à atual cidade de Rio Grande, protegida à distância por guardas no Chuí, São José do Norte e Tramandaí. Estas localidades, por sua vez, também tiveram origem em causas militares.

Rio Pardo e Santo Amaro são originárias de fortes estabelecidos por Gomes Freire de Andrada, em 1774.

Encruzilhada do Sul e Canguçu, originárias de guardas estabelecidas por Rafael Pinto Bandeira contra os espanhóis nas chamadas Guerras do Sul, de 1763 a 76.

Santa Maria é originária de um Acampamento Militar de Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso (1777), e base de partida para a conquista dos Sete Povos das Missões em 1801.

Torres é originária do Forte Dom Diogo das Torres, erigido para a defesa do Rio Grande contra um possível ataque de Dom Pedro de Ceballos, que dominava Santa Catarina.

Bagé e Alegrete tiveram origem em acampamentos de tropas da 3ª RM, na Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental, cujas rancharias (instalações) foram ocupadas por povoadores civis, logo que abandonada.

As cidades de Jaguarão, São Gabriel, Sant'Ana do Livramento, Quaraí, Uruguiana e Itaqui surgiram em torno de guarnições militares destinadas à defesa da fronteira.

Oliveira Vianna registra a particularidade, no Rio Grande do Sul, da fusão dos governos civil e militar, muito comum nas fronteiras:

"Porque, no extremo-sul, especialmente na região das fronteiras – não havia, com efeito, separação entre o governo civil e o governo militar. O comandante da guarnição fronteiriça era também representante do poder civil. Falando do posto da fronteira do Rio Pardo, diz o historiador Betâmio, que – "suposto que também está debaixo da ordem do governador, a distância obriga a ter ali um comandante, que deve ser uma pessoa cheia de honra e que, debaixo das ordens do governador, contenha o povo (sic) e a tropa na precisa obediência".

Nas Missões, em 1801, o governador da capitania instituiu um governo militar. Esta autoridade militar tinha, porém, "poderes para decidir todas as questões, mesmo as pertencentes à jurisdição civil".

O que é mais interessante é que este regime de acumulação das duas autoridades vigorou durante longos anos, sempre com grande aquiescência e agrado da população. Di-lo uma testemunha responsável: - "Nos anos de 1855 a 1867, quando residimos em São Borja, tivemos ocasião de correr grande parte daquele território e, interpellando vários anciãos missionários, ouvimos dizer-lhes de que o governo dos comandantes fôra todo paternal e criador".

Refere Oliveira Vianna que o Rio Grande do Sul, desde o início, foi uma "terra de soldados e oficiais educados na obediência à Hierarquia e à Disciplina", que viviam misturados com as populações das estâncias e das cidades. E registra:

"Na verdade, educada sob o regime da premência guerreira e de uma férrea disciplina militar, aquela população acabou tendo pelo homem de espada uma espécie de respeito religioso e uma confiança integral. Todos acorriam a eles nas suas dúvidas e acatavam os seus julgamentos e conselhos com submissão mista de veneração e orgulho: - "Nesta capitania – diz SaintHilaire – não há lugar em que os magistrados e os funcionários civis gozem de menos importância, como aqui. Todos evitam as formalidades judiciárias – e é ao general que entregam a decisão de quase todas as questões".

Tudo isto fazia com que os comandantes militares das fronteiras fossem os juizes de paz da população local e mesmo os seus juizes de direito. Só em 1832, depois do Código do Processo, é que eles perderam essa autoridade julgadora, substituída pela dos juizes de paz e juizes municipais civis: - "Só então – diz um velho historiador do Rio Grande – desapareceu a intervenção, se bem que conciliadora, dos comandantes militares nas questões civis, raríssimas vezes levadas (quando entre pessoas abastadas) ao foro longínquo do Rio Pardo".

Oliveira Vianna registrou, como consequência da civilização castrense do Rio Grande, o prestígio que a farda desfrutava entre as gaúchas, também admirando-as a bravura, a valentia e a intrepidez militar feminina, como Anita Garibaldi. E, para exemplificar, ele transcreve estas quadras populares:

"Toda moça que não ame  
Um mocinho militar  
Pode viver na certeza  
Que no céu não há de entrar".

Oh! Dona! Se eu lhe contasse,  
Você diria que eu minto:  
As moças do Livramento  
Usam pistolas no cinto!

E quando não eram – como estas, de pistola à cinta – guerrilheiras galantes e intrépidas, e amazonas faceiras, a mirarem-se no aço das espadas – era a matrona lacedemônia, aprestando toda a progênie válida para vencer ou morrer nos campos de batalha. E podiam citar cenas que maravilhavam, revivendo em nossa imaginação as linhas heróicas".

Sobre o prestígio da farda entre os gaúchos e orgulho dos mesmos por suas tradições e glórias militares, deixemos falar, repito, o insuspeito fluminense Oliveira Vianna:

"O prestígio que advinha da farda naqueles tempos heróicos era tamanho, que figuras importantes daquelas sociedades e que faziam parte da aristocracia estancieira não se sentiam diminuídas quando vestindo uma simples farda de inferior de milícias: -"Os patriotas de hoje – diz um historiador gaúcho – podem admirar-se de que um fazendeiro aceitasse um posto de furriel. Mas é que nesses tempos heróicos (e como ainda vimos em 1856), muitos moços da nata socialmissioneira tinham muita honra em vestir uma farda de soldado de milícias ou da guarda-nacional".

Daí resultou que se pôde constituir ali uma verdadeira aristocracia guerreira, baseada em tradições militares ilustres, composta de grandes famílias, que se orgulhavam de entroncar-se num antepassado militar glorioso, cujo arnês e cuja espada eram como os brasões do seu escudo. Trazer entre os epônimos da família o nome de um grande cabo de guerra era, para os gaúchos da Idade Heróica, o que era para os paulistas entroncar-se na linhagem dos antigos bandeirantes: um título de nobreza e fidalguia.

Em cada lar ardia, vivaz, a chama do culto de um herói epônimo, espécie de nume larário e também semi-deus regional; herói que esteve nas campanhas platinas; que

combateu, sob Osório ou sob Caxias, nos campos de Tuiuti e nas barrancas do Paissandu; que viu resplandecer a bandeira da pátria às radiações da vitória em Itororó, em Curupaiti, em Lomas Valentinas, em mil outras batalhas; ou que teve a dita de assistir, junto de Bento Gonçalves, à alvorada e ao ocaso da República Rio-Grandense.

Os fastos guerreiros dos seus contemporâneos, a história das suas lutas contra o estrangeiro ou contra o poder imperial, tudo era recordações que envaideciam aquela população, educada sob o alarido dos combates. Era com íntimo e justificado orgulho que aqueles campeiros de guerrilhas falavam da bravura dos seus milicianos, tantas vezes comprovada em refregas heróicas; das suas batalhas e dos seus generais, os maiores do Brasil; do arrojo, do ímpeto, da intrepidez das suas cargas fulgurantes; da fama e da bizarria dos seus esquadrões de cavaleiros. Esses gabos, essas glórias, a memória desses heróis e desses feitos andavam de boca em boca entre a gauchada, desde as cidades à campanha. Todos, da alta à baixa classe, como que se sentiam engrandecidos com o poderem partilhar de uma raia dessas glórias comuns e como que intimamente clareados com a centelha divina desses heroísmos ancestrais".

Estas transcrições de Oliveira Vianna, e comentários em torno das mesmas, são leitura essencial ao leitor e pesquisador interessados, para melhor entendimento da História da 3ª RM também, em grande parte, escrita com o concurso do castrense e belicoso povo gaúcho.

Estas tradições militares gaúchas se refletem na literatura regionalista, como procuramos demonstrar em local próprio, através dos grandes escritores Simões Lopes Neto, Alcides Maya, inclusive do grande cronista da Guerra do Paraguai, Dionísio Cerqueira, depois Ministro da Guerra interino, em 1896.

## GUERRAS E REVOLUÇÕES DE 1737 A 1946 NO SUL

Guerra Guaranítica (1754/56)  
Guerra da Restauração (1763/76)  
Guerra de 1801  
Campanha da Cisplatina (1811/21)  
Guerra da Cisplatina (1825/28)  
Revolução Farrroupilha (1835/45)  
Guerra contra Oribe e Rosas (1851/52)  
Guerra contra Aguirre (1864/65)  
Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865/70)  
Revolta dos Muckers do Ferrabraz (1873/74)  
Revolução Federalista (1893/95)  
Guerra do Contestado (1912/16)  
Revolução de 1923 (Assis Brasil contra Borges de Medeiros)  
Início da Coluna Prestes (1924)  
Revolução de Honório Lemes (1925)  
Rebelião dos tenentes Etchegoyen (1926)  
Início da Revolução de 1930  
Revolução Constitucionalista de 1932

Luiz Ernani Caminha Giorgis  
Delegado

## CRONOLOGIA DA HISTÓRIA DA 3ª REGIÃO MILITAR

Ano	Fato histórico	Observações
1494	Tratado de Tordesilhas.	
1500	Descobrimto do Brasil.	22 Abr
1504	Início das Capitanias Hereditárias.	1ª: Fernão de Noronha
1513	O português Dom Manuel Nuno descobre o Rio da Prata.	
1531	Martim Afonso de Souza toma posse do estuário do Rio da Prata.	
1580	Início do período da União das Coroas Ibéricas (até 1640).	Suspenso o Tratado de Tordesilhas.
1585	Espanhóis e portugueses iniciam a exploração da prata peruana de San Luís de Potosí.	
1609	Os portugueses criam a chamada Repartição do Sul.	
1640	Fim da União das Coroas Ibéricas.	Revalidação do Tratado de Tordesilhas.
1659	O Brasil-colônia é dividido em dois governos. O do Norte com sede em Salvador e o do Sul no Rio de Janeiro.	
1676	Instalação do Bispado do Rio de Janeiro, com jurisdição até o Prata.	
1680	Os portugueses fundam a Lusitânia, depois denominada Nova Colônia do Santíssimo Sacramento. No mesmo ano a Colônia é arrasada pelos espanhóis.	Este fato é importante para a fundação do Estado do RS.
1681	Pelo Tratado de Lisboa, a Espanha reconhece a posse portuguesa da Colônia do Sacramento e a devolve.	07 Mai
1705	O governador* da CS evacua a Colônia, por ordem do Rei de Portugal.	(* Gen Sebastião da Veiga Cabral da Câmara.
1706	Dentro do quadro da Guerra da Sucessão Espanhola os espanhóis ocupam a Colônia do Sacramento.	Portugueses e espanhóis estavam em guerra desde 1700
1715	Tratado de Utrecht – a Colônia do Sacramento é devolvida.	
1723	Os portugueses tentam fundar um presídio onde hoje é Montevidéo. Foram impedidos pelos espanhóis.	
1735	Novo ataque e cerco espanhol à CS.	Sem êxito.
1736	Fracassa a expedição portuguesa do Brigadeiro José da Silva Pais, enviada do RJ para libertar a CS.	
1737 (19 Fev)	No retorno do Prata, José da Silva Pais funda a Fortaleza/Presídio de Jesus-Maria-José, hoje cidade de Rio Grande, primeiro núcleo colonizador. Criação da primeira estrutura oficial e militar do RS, a <b>Comandância Militar</b> .	O local já estava ocupado pelo Coronel- tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu.
1738 (01 Ago)	O RS e SC passam a formar uma Capitania única, separada da do RJ, mas subordinada a esta.	
1750	Tratado de Madri.	
1760 (13 Ago)	A Comandância Militar do RS passa a ser uma Capitania separada da de SC, mas ainda subordinada ao RJ.	O <b>"Comandante Militar"</b> passa a ser Governador.
1763 (08 Abr)	Invasão espanhola ao RS com Dom Pedro de Ceballos.	A ocupação dura 14 anos.
1777 (01 Out)	Tratado de Santo Ildefonso.	Fim da ocupação espanhola.
1801	- Guerra entre Portugal e Espanha. - Tratado de Badajoz: põe fim à guerra.	Os gaúchos conquistam as Missões.
1807 (19 Set)	Elevação da Capitania do Rio Grande de São Pedro a Capitania-Geral. Nomeação de Dom Diogo de Souza.	O comandante passa a ser <b>Governador e Capitão-General</b> .
1809 (09 Out)	O Tenente-General Dom Diogo de Souza assume as funções de Governador e Capitão-General da Capitania de São Pedro.	Início das lutas pelas independências das colônias hispano-americanas.
1821 (19 Set)	Elevação da Capitania a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.	Governo das Armas da Província de São Pedro do RGS.
1830	Novo nome: Província do Rio Grande do Sul.	Comando das Armas da Província do RGS.
1889	Com a República, as províncias são transformadas em Estados.	
1891 (12 Jul)	6º Distrito Militar.	Porto Alegre e Rio Grande.
1908 (04 Jan)	12ª Região Militar de Inspeção Permanente.	
1915 (23 Fev)	7ª Região Militar.	Porto Alegre.
1919 (18 Jun)	3ª Região Militar/3ª Divisão de Exército. (3ª RM/DE)	Decreto nº 1651, cumprido somente a 12 Jul, data do aniversário.
1946	SC e PR deixam de pertencer à 3ª RM. Criação da Zona Militar do Sul (ZMS).	Fim do comando direto pela 3ª RM das forças do EB no RS.
1953	Instalação da ZMS	PR, SC e RS

